

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



O ENXUGAMENTO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE UNIVERSIDADES FEDERAIS, PRIVADAS E COMUNITÁRIAS

Bruno Cristiano dos Santos
Camilo Darsie
Afonso Cima

Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo 4 – Políticas públicas, currículo e sociedade

O cenário do ensino superior brasileiro tem sido palco, nas últimas décadas, de profundas transformações que impactam diretamente a concepção e a implementação dos currículos de graduação. Em meio a um contexto de expansão e diversificação da oferta educacional, a atratividade dos cursos e a capacidade das instituições de ensino superior de angariar e reter alunos tornaram-se preocupações centrais. Essa dinâmica é particularmente sensível em áreas de longa duração e alto custo, como é o caso dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, que demandam um investimento considerável de tempo e recursos por parte dos estudantes.

A baixa procura e a evasão, fenômenos que afetam tanto universidades públicas quanto privadas (Silva et al., 2022), têm impulsionado as instituições a reavaliarem suas propostas pedagógicas, culminando, da mesma forma que ocorre na educação básica, no que se convencionou chamar de "enxugamento curricular" conforme pode ser visto no estudo de Germinari e Mello (2018).

O enxugamento curricular refere-se a um processo de revisão e reestruturação dos planos de estudo que, frequentemente, se traduz na redução da carga horária total e/ou na condensação de conteúdos, na eliminação de disciplinas consideradas menos essenciais ou na busca por uma maior objetividade e foco em competências diretamente aplicáveis ao mercado de trabalho. Embora essa prática possa ser justificada pela necessidade de modernização e alinhamento com as demandas contemporâneas, em muitos casos ela suscita, também, questões cruciais sobre o aprofundamento da formação e da abrangência do papel social da universidade na formação de profissionais.

Assim, é importante entender o fenômeno do enxugamento curricular nos cursos de ensino superior, utilizando como base os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, por meio de comparativo entre universidades federais e instituições privadas e comunitárias. Para tanto, utiliza-se, aqui, os currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - modelos federais de ensino -, currículo da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) - instituição comu-

nitária - e da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) - universidade privada. A escolha desses casos específicos visa fornecer uma base empírica para a análise das diferenças e semelhanças nas abordagens curriculares, permitindo identificar como as distintas bases institucionais podem influenciar as decisões de reestruturação curricular. É importante destacar que este estudo se apoia em abordagens que permitem compreender o currículo não meramente como uma lista de disciplinas, mas como um constructo social, político e pedagógico que reflete e influencia as dinâmicas do ensino superior e do mercado de trabalho (Sacristán, 2000).

A compreensão do currículo é embasada nas teorias pós-críticas que ampliam as discussões das teorias críticas, incorporando perspectivas pós-estruturalistas. O currículo é visto como um texto cultural, um espaço de produção de identidades, subjetividades e significados. A análise pós-crítica pode explorar como o enxugamento curricular afeta a diversidade de saberes, a inclusão de perspectivas minoritárias e a formação de profissionais capazes de atuar em contextos sociais complexos e plurais (Silva, 2000).

A tese de Munhoz (2025) adiciona uma camada crucial a essa fundamentação, ao evidenciar como a deslegitimação do ensino superior, impulsionada por narrativas político-midiáticas, influencia diretamente a percepção de valor dos cursos e, conseqüentemente, a procura por eles. O discurso neoliberal e empreendedor, que desvaloriza o diploma universitário, em favor de um caminho individualizado, parece ressoar particularmente nas estratégias de enxugamento das instituições privadas/comunitárias, que buscam alinhar seus currículos a essas expectativas de mercado.

A comparação entre os currículos das universidades federais, privadas e comunitárias é realizada a partir de categorias de análise da revisão teórica e da leitura inicial dos documentos dos currículos dispostas nos portais virtuais de ambas as instituições. É possível observar categorias que incluem a carga horária total por área de conhecimento, o conteúdo programático, a flexibilidade curricular (grau de liberdade na escolha de disciplinas eletivas e atividades complementares), a ênfase pedagógica (abordagens de ensino-aprendizagem e estímulo à pesquisa e extensão) e o alinhamento com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Esta abordagem permite não apenas descrever as diferenças entre os currículos, mas também interpretá-las.

A comparação da carga horária total e sua distribuição constitui um dos primeiros indicadores para discernir possíveis estratégias de enxugamento curricular. Ao analisar os dados, observa-se que as Universidades Federais apresentam uma carga horária total ligeiramente superior, em torno de 3900 horas, em comparação com a privada, que registra 3600 horas. A comunitária, embora não especifique diretamente a carga horária total de forma explícita, adota uma estrutura com disciplinas padronizadas em 80 horas, com exceção dos projetos de arquitetura de maior envergadura, que possuem 160 horas. Ao total, somam-se 3600 horas. Essa diferença pode indicar uma tendência de enxugamento nas instituições privadas e comunitárias e, conseqüentemente, reduzir os custos operacionais onde a percepção de um curso mais curto e focado pode ser valorizada, alinhando-se ao discurso empreendedor que pode resultar na desvalorização do diploma universitário em favor de um caminho individualizado de sucesso (Munhoz, 2025).

Ao se observar o conteúdo programático e a ênfase conferida a diferentes áreas do conhecimento destaca-se que nas Universidades Federais existe um equilíbrio entre disciplinas teóricas e históricas, com uma parte significativa dedicada à História da Arquitetura e da Arte, Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, e Evolução Urbana, visando uma compreensão crítica do desenvolvimento da área e de seu papel na sociedade. A ênfase em ateliês de projeto arquitetônico e urbanístico também é marcante desde os primeiros semestres, com uma progressão de complexidade que culmina em projetos de grande escala e abrangência, garantindo uma formação prática intensiva e o desenvolvimento de habilidades projetuais essenciais. Complementarmente, uma vasta gama de disciplinas tecnológicas abrange cálculo, geometria descritiva, resistência dos materiais, estruturas (concreto, aço, madeira), técnicas de edificação, instalações prediais e conforto ambiental, fornecendo uma base tecnológica sólida. Disciplinas humanísticas e sociais, como "Práticas Sociais na Arquitetura e no Urbanismo" (UFRGS) e "Teoria da Cidade" (UFSM), visam contextualizar a prática profissional dentro de um arcabouço social e ético mais amplo.

Por outro lado, os currículos das Universidades Privadas e Comunitárias parecem incorporar elementos que refletem uma adaptação às demandas do mercado de ensino e, possivelmente, uma estratégia para atrair alunos, o que pode ser interpretado como uma forma de enxugamento focado na relevância percebida pelo próprio mercado. Na comunitária, a inclusão de disciplinas como "Ciência e Sociedade", "Laboratório de Empreendedorismo e Práticas Comunitárias A" e "Responsabilidade Social e Ambiental" desde os primeiros semestres é um diferencial, sugerindo um apelo com a formação humanística, empreendedora e com a inserção do aluno em um ideal de mercado de trabalho.

A privada, por sua vez, destaca-se pela inclusão de disciplinas com apelo de mercado, como "Introdução ao Design e História da Arte", "Desenho Universal nas Interfaces", "Metodologia e Inovação Científico-Tecnológica", "Inovação e Empreendedorismo", "Representação em Metodologia BIM" e "Fundamentos da IA para o Ambiente Profissional". Essas disciplinas indicam alinhando-o com as tendências tecnológicas e as novas ferramentas do mercado de trabalho com uma possível inclinação para projetos mais práticos e aplicados, onde essa estratégia se alinha diretamente com o discurso neoliberal e empreendedor analisado por Munhoz (2025), que valoriza a agilidade e a aplicabilidade imediata do conhecimento.

O enxugamento curricular nas universidades privadas/comunitárias, conforme observado na privada (menor carga horária total) e na comunitária (disciplinas padronizadas e foco em empreendedorismo/responsabilidade social), pode ser interpretado como uma resposta estratégica à baixa procura e à necessidade de angariar alunos.

A incorporação de temas de ponta e habilidades de mercado reflete um apelo em formar profissionais que atendam diretamente às demandas de uma sociedade focada em produtivismo. Também é importante salientar que em algumas instituições de ensino, a inclusão de disciplinas de empreendedorismo pode ser vista como uma estratégia para otimizar custos. Ao substituir matérias de especialização mais aprofundada por temas mais genéricos como gestão e inovação, a instituição pode reduzir a necessidade de contratar docentes altamente especializados e com remunerações mais elevadas. Isso permite oferecer um curso com uma grade curricular mais

flexível e, potencialmente, mais barata de ser mantida, já que as competências exigidas dos docentes são mais amplas, mas menos específicas para uma determinada área de conhecimento.

Quando olhamos para as universidades federais, por sua vez, estas mantêm currículos mais extensos e aprofundados, com uma formação mais específica e crítica, onde essa abordagem pode ser percebida como mais longa e exigente em comparação com as instituições privadas/comunitárias que se necessitam de adaptações mais rápidas. No entanto, essa estratégia levanta questões sobre o equilíbrio entre a formação técnica e a formação humanística e crítica, aspectos tradicionalmente valorizados nas universidades federais, e que podem ser impactados pela deslegitimação do ensino superior conforme apontado por Munhoz (2025).

As universidades federais, com suas cargas horárias totais mais elevadas e uma distribuição mais densa de disciplinas teóricas, históricas e de projeto, tendem a oferecer uma formação mais abrangente. Essa abordagem, enraizada nas teorias curriculares tradicionais, busca uma formação com uma sólida base conceitual, capacidade crítica e uma compreensão aprofundada do contexto social e cultural em que atuam (Sacristán, 2000).

O desafio, portanto, reside em como as instituições podem modernizar seus currículos sem comprometer a essência da formação como de cursos como Arquitetura e Urbanismo, que exige tanto o domínio técnico-científico quanto a sensibilidade humanística e a visão crítica (DCN, 2010). O enxugamento, embasado em uma reflexão pedagógica consistente, pode ser uma oportunidade para otimizar o processo de ensino-aprendizagem e assim eliminar redundâncias. No entanto, quando motivado exclusivamente por pressões financeiras ou pela busca por atratividade a qualquer custo, pode levar a uma formação superficial, comprometendo a qualidade e a relevância social da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Currículo, Arquitetura e Urbanismo, Ensino Superior

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF, 2010.

GERMINARI, Geyso Dongley; MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Reforma do ensino médio e a base nacional comum curricular: confrontos narrativos, estratégias de imposição e impactos no ensino de história. **Interacções**, n. 49, p. 7-24, 2018.

MUNHOZ, Deise Parula. **(Des)qualificação da Educação: a produção de verdades sobre o ensino superior a partir das mídias e redes sociais digitais.** 2025. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz, Santa Cruz do Sul, 2025.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a teoria e a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Debora Bernardo da et al. **Evasão no ensino superior público do Brasil: estudo de caso da Universidade de São Paulo**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 02, p. 248-259, jul. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.